

O TRABALHO: TRIPALIMUM OU UMA BUSCA POR SIGNIFICADOS E REALIZAÇÕES?

Ricardo Sérgio Gomes Vieira ¹
Raphael Moreira Santos²
Simone de Lira Almeida³

RESUMO

Este ensaio explora as metamorfoses contemporâneas no cenário laboral, imersas na globalização e na revolução informacional. Examinamos a transição do modelo fordista para um regime de acumulação flexível, pautado na criatividade e na economia do conhecimento. Emergem novas formas de organização do trabalho, como os espaços colaborativos de trabalho, buscando harmonizar as exigências do labor contemporâneo com a busca por sentido e realização pessoal. Na dicotomia entre trabalho como tortura ou busca de significados e realizações, destaca-se, neste ensaio, a necessidade de questionar a genuinidade da busca pelo prazer no trabalho, explorando se este fato representa liberdade ou um disfarce sutil de aprisionamento. A representação idílica do trabalho prazeroso contrasta com as condições precárias enfrentadas por muitos trabalhadores, gerando uma dúvida. Até que ponto a aparente simulação de felicidade no trabalho reflete uma realidade emancipadora ou é uma máscara para a precarização? A conclusão deste ensaio promove uma reflexão não apenas sobre as concepções de trabalho, mas também sobre as estruturas sociais e econômicas que moldam nosso cotidiano.

Palavras-chave: Sentidos do trabalho; Espaços de trabalho, Precarização do trabalho.

ABSTRACT

This essay explores the contemporary transformations of the labor landscape, deeply immersed in globalization and the information revolution. We examine the transition from the Fordist model to a flexible regime of accumulation, centered on creativity and the knowledge economy. New forms of work organization emerge, such as collaborative workspaces, aiming to harmonize the demands of contemporary labor with the pursuit of meaning and personal fulfillment. In the dichotomy between work perceived as tribulation or a quest for meaning and fulfillment, there is a need to question the authenticity of the pursuit of pleasure in work. The exploration revolves around whether this phenomenon represents freedom or serves as a subtle disguise of imprisonment. The idyllic representation of pleasurable work contrasts with the precarious conditions faced by many workers, generating a doubt: to what extent does the apparent simulation of happiness at work reflect an emancipatory reality or is it a mask for precariousness?

¹ Ricardo Sérgio Gomes Vieira, Administrador, Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Departamento de Ciências Administrativas da UFPE. *E-mail:* ricardo.vieira@ufpe.br.

² Raphael Moreira Santos - Administrador, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* raphael.santos@ufpe.br.

³ Simone de Lira Almeida, Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Departamento de Hotelaria e Turismo da UFPE. *E-mail:* simone.almeida@ufpe.br.

Finally, the conclusion offers a reflection not only on the conceptions of work, but also on the social and economic structures that shape our daily lives.

Keywords: Meanings of work, Workspaces, Precarious work.

1 INTRODUÇÃO

No turbilhão do cotidiano contemporâneo, a busca pelo significado no trabalho torna-se uma questão latente. O ser humano encontra-se imerso em um constante malabarismo entre as demandas profissionais e a tentativa de preservar momentos cruciais de convivência com amigos, familiares e, não menos importante, conosco mesmos. O dilema persistente da falta de tempo não se limita à esfera laboral, mas se estende para além, afetando a qualidade das relações e a oportunidade de desfrutar de atividades de lazer.

A indagação sobre o sentido do trabalho permeia o cotidiano das pessoas, um espaço temporal precioso e escasso. Em algumas situações, parece existir a convicção de que uma remuneração substancial pode, em muitos casos, sobrepujar a importância da satisfação pessoal no trabalho. Autores clássicos, como Adam Smith em sua obra seminal "A Riqueza das Nações", explora a tendência humana de priorizar a busca pela segurança financeira sobre a realização pessoal no trabalho.

Contudo, ao examinar a contemporaneidade, as reflexões de Ricardo Antunes, conhecido estudioso do trabalho, tornam-se igualmente cruciais. Em obras como *Os Sentidos do Trabalho* (2019) e *O Desafio do Trabalho* (2018), Antunes destaca as transformações no mundo do trabalho, onde as relações laborais se tornam cada vez mais precárias e a busca incessante por produtividade muitas vezes suplanta o bem-estar e a realização dos trabalhadores.

Com frequência, ouve-se alguém afirmar que, se ganhasse na 'loteria', "pararia de trabalhar no dia seguinte". Essa resistência ao trabalho, frequentemente, vem acompanhada de uma pitada de humor e resignação. Parece como se, por um instante, fosse possível escapar das amarras do cotidiano e desfrutar de uma liberdade absoluta. No entanto, por mais tentadora que essa ideia possa parecer, a realidade muitas vezes nos lembra que o trabalho é uma parte fundamental de nossas vidas. Não apenas pela necessidade financeira, mas também pelo senso de propósito, realização pessoal e até mesmo pela conexão social que ele proporciona.

Nesse contexto, o questionamento fundamental entre "trabalho ou uma busca por significados e realizações" assume um papel central neste estudo. Neste sentido, este ensaio teórico visa não apenas compreender as dinâmicas que levam a considerações financeiras sobrepondo-se ao contentamento profissional, mas também avaliar como as mudanças nas estruturas do trabalho contemporâneo impactam a percepção de lazer, realização e propósito.

Assim, enquanto se sonha com a sorte grande, é relevante refletir sobre o verdadeiro papel do trabalho em nossas vidas e como é possível encontrar um equilíbrio entre a busca pela felicidade e as exigências do mundo profissional. Afinal, quem sabe o trabalho não reserve surpresas e recompensas que nem mesmo a loteria pode oferecer?

2 UM POUCO DA TRAJETÓRIA DOS SENTIDOS DO TRABALHO

Antes de discutir os significados do trabalho na contemporaneidade, é importante conhecer os diferentes significados que têm sido conferidos ao trabalho ao longo do processo civilizatório. Há milênios o trabalho tem se configurado como ocupação básica da humanidade (LOCH; CORREIA, 2004), avocando significados diversos e formas de organização e materialidade peculiares, encontra diferentes significações nos distintos momentos do processo histórico (DOURADO et al., 2009), ocupando, sobretudo, na modernidade um caráter central à vida das pessoas (BENDASSOLLI, 2007; BISPO; DEJOURS, 2023, DOURADO; AMORIM, 2013).

Na sociedade grega, berço da civilização ocidental, o trabalho era percebido como indigno para um homem livre, e condizia apenas àqueles indivíduos cerceados de sua liberdade (NEVETT, 2023 WOLECK, 2002). Segundo Anderson (2006), o divórcio entre o trabalho material e a esfera da liberdade era tão rigoroso que os gregos não tinham na sua língua uma palavra que expressasse sequer o conceito de trabalho, quer como função social quer como conduta pessoal. Portanto, o trabalho na Antiguidade não se desvincula do entendimento de escravatura (RAAFLAUB, 2019, WOLECK, 2002).

Diversos autores, a exemplo de Kalleberg (2020), Krawulski (2014), Raaflaub (2019) e Albrecht (2021), são consonantes no entendimento de que a palavra trabalho encontra em suas origens significados associados à ideia de castigo, dor, sofrimento e tortura, conferindo um caráter árduo e penoso ao trabalho. Concepções que, na visão dos autores, perpassaram pela história da civilização relacionando os significados de sofrimento e punição ao sentido do termo que procedeu a palavra trabalho.

Krawulski (2014) explica que a palavra trabalho encontra sua etimologia no latim vulgar *tripalium*, que em suas origens representava um instrumento confeccionado de três paus aguçados, com pontas de ferro, com o qual os antigos agricultores processavam os cereais batendo neles. Com o passar do tempo a palavra *tripalium* acaba por assumir também o significado de instrumento de tortura, representação usualmente encontrada nos dicionários.

O verbo do latim vulgar *tripaliare*, derivação desse instrumento como meio tortura, por vezes também é associado à palavra trabalho, sendo por muito tempo significada como padecimento, cativeiro e castigo (ALBORNOS, 1988, RAAFLAUB, 2019). Sentidos atribuídos originalmente ao termo e que, de algum modo, lhe acompanha até a contemporaneidade, conferindo o caráter árduo e penoso que, de modo geral, é atribuído ao trabalho (ALBRECHT, 2021, KALLEBERG, 2020).

Ao estudar a evolução do conceito de trabalho ao longo da história, Krawulski (2014) argumenta que a maioria das línguas da cultura europeia possui mais de uma significação para a palavra trabalho. A autora afirma que em todas as línguas Indo-europeias e, por conseguinte, suas derivações, as palavras equivalentes à labor possuem conotação de dor, atribulação, esforço e cansaço, enquanto *work* ou *werk* representam criação. Para ilustrar sua premissa, ela se utiliza das ideias associadas à palavra trabalho em diversas línguas, como no latim clássico, em que há a distinção entre *laborare*, a ação do labor, e *operare*, que corresponde a opus, obra. Ao tempo que *laborare* pode significar tanto trabalhar, laborar, executar, empenhar-se em algo, como sofrer, padecer, estar doente, estar em dores de parto, cansar-se, fatigar-se, sucumbir; enquanto opus refere-se a obra, trabalho, podendo ainda ter a conotação de penas e riscos.

Krawulski (2014) destaca ainda que em português as palavras labor e trabalho são comumente utilizadas como sinônimos, e que a palavra trabalho é significada de duas maneiras distintas: o esforço rotineiro, repetitivo e consumível, por um lado, e a realização de uma obra expressiva, criadora e permanente, por outro. Woleck (2002) explica que essas palavras têm etimologia diferente para designar o que hoje se considera a mesma atividade. Para o autor, na Antiguidade, distinguia-se labor de trabalho, estando o primeiro associado ao processo de transformação da natureza para a satisfação das necessidades vitais, e o segundo como “um processo de transformação da natureza para responder àquilo que é um desejo do ser humano, emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica” (WOLECK, 2002: p. 3). Em nosso ensaio empregaremos esses termos como sinônimos.

Somente a partir do século XVI o trabalho consegue superar o desprezo conferido pelos ancestrais gregos e medievais. Assim, significados valorativos do trabalho superam a ideia de sofrimento e passam a posicioná-lo não só como ação de sobrevivência, mas, principalmente, como fonte de realização (DOURADO et al., 2009, HACKMAN e OLDFHAM, 2017).

A valorização positiva do trabalho já se expressava no ocidente ao final da Idade Média, ocasião em que era significado como uma expressão auto criadora, considerado, então, como um espaço de aplicação das capacidades humanas. Na tradição oriental, as religiões viam o trabalho como uma atividade que harmonizava os homens com a natureza, enquanto na tradição cristã o mesmo se tornara meio para o desenvolvimento do seu caráter. Aspecto moral, em muito, decorrente da Reforma Protestante, que fez com que o trabalho passasse a ser visto como instrumento de salvação e como forma de realizar a vontade divina (WOLECK, 2002). A partir da institucionalização da ética protestante que o trabalho passa a representar uma identidade estruturadora amparada numa ética do trabalho capaz de lhe conferir sentido. Mudanças significativas que posicionariam o trabalho como um lugar central na vida das pessoas, forjando as bases que viriam sustentar a era moderna.

Tal pensamento se fundamenta na tese de Max Weber (2023), particularmente nas proposições de sua obra *A ética protestante e o espírito do Capitalismo* que compreende que o espírito do capitalismo está situado no fundamento ético, e não apenas utilitário, da sua filosofia da avareza. Segundo Weber, antes do ganho de dinheiro em si mesmo, é o trabalho que motiva e dá sentido à ação do portador do espírito do capitalismo. Para ele, o fundamento da ética social da cultura capitalista está depositado na noção de profissão como um dever, a disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo – como vocação. Obrigação moral conferida à totalidade da existência individual capaz de regular metodicamente a conduta de vida por meio do racionalismo econômico. Espírito capitalista moderno, em que o ganho de dinheiro, o sucesso econômico, é resultado da habilidade, planejamento e sobriedade da profissão, bem como na objeção moral do ócio e de todo gozo imediato do dinheiro ganho (WEBER, 2023).

Para Silva (2014), embora essa constituição de uma ética do trabalho encontre suas origens ainda em Lutero, quando ao traduzir a bíblia para o alemão cunha o termo *Beruf*, vinculando, desde então, a noção de profissão à ideia de missão, de vocação (chamamento), é Calvino quem articula a concepção de “profissão como dever” com a doutrina da predestinação, dando os contornos do espírito do capitalismo.

Assim, a noção de vocação profissional na Reforma reforça a importância do cumprimento dos deveres intramundanos para alcançar a certeza da salvação da alma e a ideia de que toda profissão lícita tem igual valor perante Deus. Para a ética protestante, o que se busca não é um estado de espírito que credencie à salvação, mas a comprovação permanente e racional do chamamento possível apenas através do trabalho constante e metódico para a glória divina. Com isso, o trabalho toma para si não a condição de salvar o fiel, mas torna-se o meio de se certificar se ele está entre os eleitos de Deus. Tornando-se, portanto, “meios para alcançar a certeza da salvação e não meios para alcançar a salvação” (SILVA, 2014: p. 78).

Paradoxalmente, é o ascetismo religioso do trabalho, voltado à contenção do consumo, à poupança e ao reinvestimento, em vistas de servir à glória de Deus, que cria a condição de possibilidade da abundância. Aspecto anotado por Motta (1995) quando afirma que:

[...] o compromisso ético com a profissão-vocação [...] junto à recusa do mundo dentro do mundo, isto é, com a recusa ascética do prazer, e, portanto, de todo consumo supérfluo, levou, na prática, à acumulação inicial do capital” (MOTTA, 1995, p. 79).

Na visão de Thiry-Cherques (2009), enquanto o sucesso material se confundia com a salvação religiosa, o dinheiro assumia uma qualidade mágica. Com isso, o trabalho ascético sai de cena e o mundo material assume a condição de perpetuador da necessidade do trabalho. Para o autor, “há muito, a ética protestante do trabalho desapareceu” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 908), o que restou foram as suas sequelas: a instrumentalização de tudo, a dessacralização da vida, o social reduzido a sistemas e estruturas institucionalizadas, a racionalização do esforço produtivo, bem como o declínio do próprio trabalho enquanto meio para se alcançar objetivos considerados desejáveis.

A combinação da ética protestante com as circunstâncias histórico-econômicas trouxe à sociedade um novo *geist*, o espírito do capitalismo moderno. Com a racionalização da vida social, a ética fundada na religiosidade se transferiu à lógica produtivista do trabalho, que desemboca no estilo, ou na falta de estilo, do modo de vida burguês. Uma nova combinação, entre a lógica do ganho econômico e a da forma de viver da classe economicamente mais bem colocada, traz à renúncia do trabalho gratificante. O trabalhador comum busca status (a posição do indivíduo ou do grupo aos olhos dos

demais), emulando o estilo de vida da classe imediatamente superior (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 910).

Conforme descreve Kurz (2022), a ascensão da burguesia, a evolução da técnica e da ciência, bem como o desenvolvimento das fontes produtivas incidentes no século XVIII, culminaram por enfatizar a condenação do ócio, por um lado, enquanto sacralizaram o trabalho e a produtividade, por outro. Como argumenta o autor, na modernidade, o trabalho se configura em uma atividade compulsiva e incessante, em que a servidão se torna liberdade, e a liberdade, servidão. Nessa era, o tempo livre é escasso ou praticamente inexistente. Ocasão em que a servidão deixou de ser a relação de produção dominante na Europa ocidental, cedendo lugar à era capitalista que, se por um lado libertou os trabalhadores do antigo tripalium, por outro, os conduziu à um mercado de trabalho no qual disporá de sua força em troca de um salário (GOMEZ et al., 1989).

Assim, o antigo conjunto composto por trabalho, família e lazer, antes representado como um todo indiferenciado, é solapado pela Revolução Industrial que personifica o trabalho na categoria social do trabalhador (KUMAR, 2020). Separando a esfera doméstica da esfera da produção, a lógica instrumental valorativa própria do modo de produção capitalista confere ao trabalho o caráter de mero fator de produção, de trabalho assalariado com apelo de dever.

Segundo Loch e Correia (2004, p. 21), “a fragmentação do trabalho levou à perda da subjetividade do trabalhador que não mais se reconhece através do seu trabalho”. Para os autores, a produtividade é conduzida à condição de elemento central do modo de produção capitalista que através de sua divisão, desqualificação e fragmentação, entre planejamento e execução, desarticula grande parte da capacidade de criação conferida ao trabalho. Com isso, o trabalho resgata suas conotações relativas a tripalium, em oposição ao seu caráter criativo e transformador, fonte de autorrealização humana. Dessa maneira, a lógica instrumental destitui os atributos emancipatórios do trabalho, transformando-o em mercadoria, conferindo-lhe uma conotação de alienação.

Para Woleck (2002), essas transformações foram basilares para que na Idade Moderna ocorressem as diferenciações entre o trabalho qualificado e o não qualificado, entre o trabalho produtivo e o não produtivo, acentuando a distinção entre o trabalho manual e o intelectual. Para o autor, o trabalho moderno é marcado por sua centralidade e a lógica do trabalho acaba por perpassar todas as esferas da vida humana, seja ela a cultural, a esportiva e, até mesmo, a vida íntima. Tornando-as, de alguma forma, foco de negócios ou mesmo oportunidade para se ganhar dinheiro.

Ao analisar o trabalho ocidental, em particular a passagem do trabalho ascético para o trabalho burguês, Thiry-Cherques (2009), aponta que o processo histórico de racionalização remeteu o trabalho moderno à uma condição de desencanto. Para o autor, a expropriação da espiritualidade do trabalho pela tecnificação, pela alienação e pela rotinização é o processo central responsável pela espoliação do caráter emancipador do trabalho, pela impossibilidade da autorrealização, e configura o mal-estar do trabalho realizado nos moldes modernos, desencantado atualmente.

Na visão de Loch e Correia (2004), o modo de produção capitalista estabeleceu uma lógica instrumental orientada fundamentalmente para a busca de objetivos econômicos, desprovendo o trabalho de suas características de humanidade. Essa orientação para a racionalidade instrumental, pautada no cálculo utilitário das consequências, na busca do êxito econômico e do poder (DE ANDRADE; TOLFO; DELLAGNELO, 2012) revela a predominância do capital sobre as demais esferas da vida humana (TOLFO et al. 2005), reduzindo todos os aspectos da vida social à racionalidade (THIRY-CHERQUES, 2009).

Embora o conceito de racionalidade tenha origem entre os filósofos gregos, Barreto (1993) explica que o termo diz respeito a uma capacidade que se presume ser única à espécie humana, e envolve a aptidão para ponderar, julgar, construir relações lógicas e exercer o bom senso. Conforme apontam De Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), racionalidade procede da palavra razão, do latim *ratione*, e sua visão clássica remete ao entendimento de que havia uma única razão, representação do conceito ordenador da vida. Segundo os autores, na modernidade, com Descartes e Hobbes, seu conceito se transformou, deixando de representar o centro ordenador da existência para se tornar um instrumento de previsão de consequências. Com isso, a preocupação com o entendimento do mundo, de si próprio e da natureza perde importância e cede lugar ao que é útil, a exemplo da iniciativa voltada para a acumulação de bens e riquezas ou para dominação.

Thiry-Cherques (2009) explica que, na visão de Weber (2023), a racionalização advinda da evolução da cultura ocidental compreende a tecnificação do trabalho, a burocratização das relações e a padronização da sociedade. Dessa maneira, racionalização se refere a ações sociais racionalmente orientadas, sendo a racionalização da ação “a substituição da submissão íntima dos costumes pela adaptação planejada a uma situação objetiva de interesses... seja racionalizando valores, seja racionalizando os fins...” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 903).

Assim, conforme discorrem De Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012, p. 207), a racionalidade instrumental, ou racionalidade formal, “direciona a ação conforme regras, leis e regulamentos institucionalizados com base no cálculo utilitário de consequências no estabelecimento de relações estratégicas entre um meio e um fim”. Segundo Kalberg (1980), é o tipo de racionalidade que predomina nas chamadas organizações burocráticas, pois “nela domina a ação orientada para regras e estatutos gerais intelectualmente analisáveis, assim como a seleção dos meios mais adequados para o contínuo seguimento deles” (KALBERG, 1980, p. 1158).

Entretanto, autores como Clegg (1990) tem alertado sobre a adoção de formas flexíveis de organização do trabalho por organizações contemporâneas. Uma lógica de ação diferente da instrumental, caracterizada, entre outras coisas, por práticas democráticas, pela flexibilidade e pela confiança na liderança. Para De Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), esses atributos seriam indicadores de uma racionalidade substantiva, conceituada por Serva (1997a; 1997b) como um tipo de ação orientada para a autorrealização. Segundo o autor, este tipo de racionalidade é constituído por elementos como a autorrealização, o entendimento, o julgamento ético, a autenticidade, os valores emancipatórios e a autonomia.

Para Serva (1997a; 1997b), tanto a racionalidade substantiva como instrumental estão presentes em diferentes medidas nas organizações produtivas, não estando nenhuma delas totalmente suprimida ou ausente, ao tempo que a presença de uma não parece ser um impeditivo para o desenvolvimento da outra (LOCH; CORREIA, 2004). Práticas organizacionais convergentes com valores substantivos parecem estar bem alinhadas com o perfil dessas formas flexíveis de trabalho, de caráter mais aberto, observadas no contemporâneo, a exemplo dos espaços colaborativos de trabalho.

Em seus estudos, Morin (2023) anota que um trabalho com sentido envolve aspectos como independência, autonomia, autodesenvolvimento, relacionamentos satisfatórios, aprendizagem, crescimento e contribuição para a sociedade. Atributos que, conforme apontam De Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012), carregam traços das racionalidades instrumental e substantiva. Dessa maneira, sentidos de ordem instrumental, como aquele que aponta que o trabalho permite a sobrevivência, convivem com sentidos de natureza substantiva, a exemplo da possibilidade do prazer e da satisfação pessoal por meio do trabalho, constituindo um trabalho com sentido para quem o realiza.

Dessa maneira, a depender das especificidades de cada organização, diferentes relações entre as racionalidades instrumental e substantiva irão compor o quadro definidor dos seus traços organizacionais, de forma e intensidade variadas que, apesar da permanente tensão entre as duas, determinará seu caráter predominante, orientada por uma motivação substantiva ou instrumental (RAMOS, 2006; SEVERO; PEDROSO, 2008). Com isso, conforme apontam De Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012, p. 210), “podem existir sentidos do trabalho do tipo instrumental e do tipo substantivo, bem como uma presença concomitante dos dois tipos de sentidos atribuídos ao trabalho nas organizações de trabalho”. Para os autores, essa imbricada relação entre as racionalidades instrumental e substantiva estabelece arranjos organizacionais que configuram contextos nos quais sentidos são atribuídos ao trabalho e a racionalidade.

Na visão de Morin (2023), o trabalho representa um valor importante, exercendo considerável influência sobre a motivação, produtividade e satisfação dos trabalhadores. Em seu estudo realizado junto a estudantes de administração e administradores de Quebec e da França, a autora identificou como principais razões para se trabalhar: a necessidade de se relacionar com outras pessoas, o sentimento de pertença, uma forma de ocupar-se, uma maneira de evitar o tédio e para se ter um objetivo na vida. Para a autora, o trabalho pode ser agradável ou desagradável, estando ou não associado a trocas de natureza econômica, podendo ser executado ou não dentro de um emprego. Nesse sentido, emprego corresponde a ocupação de uma pessoa, estando relacionado ao conjunto de atividades remuneradas em um sistema organizado economicamente. A noção de emprego implica quase necessariamente a noção de salário e do consentimento do indivíduo em permitir que uma outra pessoa dite suas condições de trabalho (MORIN, 2023).

Piccinini et al. (2004) afirmam que o trabalho possui natureza ampla e complexa, estando seu conceito passível a mudanças a depender da cultura e do contexto histórico. Para os autores, o trabalho é o meio pelo qual o ser humano tem recorrido para atender suas necessidades, atingir seus objetivos e realizar-se. Conforme apontam Brief e Nord (1990), há apenas um único elemento que reúne seus múltiplos significados: é uma atividade que tem um objetivo.

Enquanto para Dejours (2008b; 1993), o trabalho é central para a constituição da identidade e da saúde mental do sujeito. Ele explica que trabalhar envolve, invariavelmente, uma experiência afetiva desagradável, pois é resultado do encontro com o real, uma impressão subjetiva. Nesse sentido, o trabalho torna-se elemento fundamental

acerca dos destinos do sofrimento, articulando-se ou não com o sofrimento da história individual, podendo agravá-lo ou transformá-lo. O autor defende que ao intermediar o engajamento do sujeito nas relações sociais – lugar para onde ele transfere as questões herdadas do passado e de sua história afetiva, o trabalho pode ser articulado enquanto atividade socialmente valorizada, permitindo sua sublimação. Dessa maneira, Dejours (1987) afirma que o trabalho precisa fazer sentido para o próprio sujeito, para seus pares e para a sociedade.

Para Dejours (2008b), transformar o sofrimento que decorre da situação de trabalho, em prazer, em experiência estruturante, extrapola o espaço privado, sendo possível apenas no espaço social. Na visão do autor, é através da ação do sujeito sobre o real que se busca mostrar ao outro um “belo” trabalho, situação laboral que permite a referida sublimação enquanto atividade socialmente valorizada. Tornando, desse modo, o trabalho como principal meio de engajamento do sujeito nas relações sociais (DEJOURS, 1993).

Essa perspectiva é consonante com as ideias de Oliveira et al. (2013), que observam o trabalho como um fator de integração social e fonte de autorrealização. Uma atividade dotada de sentido para o indivíduo que o realiza (BORGES, 1997). “Um construto psicológico multidimensional e dinâmico, formado da interação entre variáveis pessoais e ambientais e influenciado pelas mudanças no indivíduo” (MOW, 1987).

Variáveis pessoais e ambientais que têm sido objeto de grandes transformações nas últimas décadas. Como anota Antunes (2018, 2019), a partir da década de 1970, o mundo vivencia um grande salto tecnológico onde a robótica e a microeletrônica têm, cada vez mais, invadido o universo organizacional, impactando, por conseguinte, nas relações de trabalho e na produção do capital. Transformações tecnológicas e comunicacionais de amplitude mundial, delineadoras de uma nova economia em escala global, capaz de reestruturar o capitalismo e penetrar em todas as dimensões da vida social (CASTELLS, 2023).

Nesse contexto, novos processos de trabalho emergem e a produção em série é substituída pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade e novas formas de adequação da produção à lógica de mercado (LOCH; CORREIA, 2004), evidenciando o imbricamento entre o fenômeno da globalização com a tecnologia e o trabalho no contemporâneo, conforme discussão apresentada a seguir.

3 E HOJE, COMO ANDAM OS SENTIDOS DO TRABALHO?

A globalização tem sido anotada como um processo caracterizado por grandes e irreversíveis transformações no sistema global moderno, provocando inúmeras rupturas nos padrões até então estabelecidos de coesão social, acumulação e de governo (ARRIGHI; SILVER, 2011; HARDT; NEGRI, 2012), em grande parte resultado da desregulação, privatização e livre comércio global, atributos contemporâneos que compõem o contexto econômico mundial na modernidade líquida (BAUMAN, 2007). A globalização, portanto, pode ser compreendida como uma “grande transformação”, uma mudança radical que transformou as estruturas estatais, as relações entre os Estados, a produção cultural, a vida cotidiana, as relações entre o eu e o outro, a subjetividade coletiva, bem como as condições de trabalho (BAUMAN, 2023).

O desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação somado ao processo de globalização, desencadeados a partir da década de 80, têm sido elencados como as grandes forças impulsionadoras de mudanças que permeiam o capitalismo e o universo do trabalho na contemporaneidade, contribuindo fortemente para a formação de uma nova configuração social (BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007; CASTELLS, 2023; SILVA, 2009).

Essa nova economia em escala global tem sido denominada por Castells como uma economia informacional, global e em rede:

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia [...] dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes [...] estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2023: p. 119).

Castells (2023) observa que esse cenário contemporâneo remete as organizações a operar em um sistema de rede globalizado, caracterizado pelo trabalho compartilhado, intelectualizado, mais ágil e transitório, pautado nas relações entre indivíduos interconectados em meio a um fluxo de informações frenético e incessante. Com isso, o ator social passa a ter uma representação fundamental neste cenário contemporâneo, pois, compreende “aquele indivíduo que se relaciona em redes de interações e atua exercendo sua agência política na busca por soluções para suas organizações em ambientes cada vez mais complexos” (VIEIRA, 2006. p.16).

Essa rede global, “espaços de fluxos” que conecta pessoas e lugares em torno do mundo através da internet e da comunicação eletrônica (KUMAR, 2020), revela como característica contemporânea uma mobilidade cada vez maior, promotora de um fluxo internacional de capital, pessoas e ideias jamais experimentado até então (CLEGG, 2003; MACHADO; HERNANDES, 2004).

Assim, essas novas tecnologias da informação reestruturam o capitalismo e penetram em todas as dimensões da vida individual e coletiva dos sujeitos (CASTELLS, 2023; KUMAR, 2020; BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007; SILVA, 2009). Dessa maneira, a tecnologia torna-se constitutiva de uma sociedade abalizada na flexibilidade, na mobilidade e na velocidade, em seu caráter de comunicação instantânea e de compressão do tempo e do espaço, produzindo uma economia cada vez mais performática. Esse contexto contemporâneo impele as organizações à competitividade e os trabalhadores à exigência por maior qualificação e atualização constante (CASTELLS, 2023; HIRATA, 2000; KUMAR, 2020; BESSI; ZIMMER; GRISCI, 2007).

A complexa interação entre tecnologia e labor têm provocado diversas mudanças no emprego e na organização do trabalho, ocasionando novas formas de trabalho, num processo que ao mesmo tempo que extingue algumas ocupações, introduz outras (CASTELLS, 2023), especialmente aquelas relacionadas a atividades ligadas aos setores de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e da indústria criativa (POHLER, 2012). Mais que isso, mudanças que afetam tanto o caráter do trabalho, conferindo-lhe uma essência intelectual, afetiva e imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001), quanto sua organização, desencadeando processos de reestruturação produtiva e precarização das condições de trabalho (KREMER; DE FARIA, 2005).

Para Harvey (2020), o processo de reestruturação produtiva corresponde a um novo regime de acumulação, denominada por ele de regime de acumulação flexível, que vem a substituir o regime de acumulação fordista. A partir dos anos 1960, a crise do modelo fordista de acumulação, decorrente de sua incapacidade de gerar lucros crescentes e insatisfação social, vem provocando a exaustão econômica e social do modelo. Este, vem sendo substituído pela implementação de uma nova base técnica forjada à luz de novas tecnologias de base microeletrônica. Também vem surgindo novas configurações na organização e gestão do trabalho, reordenando não apenas as forças produtivas, mas, os padrões de concorrência e até mesmo os estados nacionais (KREMER; DE FARIA, 2005; OLIVEIRA, 2023; FARIA, 1997), a partir do declínio da soberania dos Estados-nação em detrimento de organismos nacionais e supranacionais (HARDT; NEGRI, 2001).

O uso dessas novas tecnologias somadas as novas formas de organização e gestão do trabalho, conferiu um caráter bem mais flexível aos processos de produção industriais, introduzindo uma nova base técnica, poupadora de mão-de-obra, ao mesmo tempo que passou a desarticular progressivamente estruturas formatadas ao longo do modelo fordista criadas à época, como o Estado-providência e os sindicatos, em vistas de garantir a reprodução da força de trabalho (KREMER; DE FARIA, 2005). Contraste, entre o trabalho moderno e o trabalho contemporâneo, que extrapola questões relativas apenas a seu processo produtivo, rearranjando, inclusive, os pilares culturais do labor.

Essas mudanças contemporâneas têm sido apontadas por Bauman como determinantes para o processo de precarização do trabalho, bem ilustrado quando ele caracteriza o tempo atual como:

[...] tempos de desregulamentação, terceirização internacionalizada, “subsidiariedade”, desengajamento administrativo, defasagem das “fábricas fordistas”, de uma nova “flexibilidade” dos padrões de emprego e rotinas de trabalho, e de um dismantelamento gradual, mas implacável dos instrumentos de proteção e autodefesa dos trabalhadores [...] (BAUMAN, 2023, p. 40).

Kremer e De Faria (2005), observam que o processo de precarização do trabalho não apenas vem ocorrendo simultaneamente ao processo de reestruturação produtiva, mas possui profunda interdependência e sua dinâmica vem gerando transformações fundamentais no mundo do trabalho. Há quem diga que a principal implicação dessa imbricada relação entre a precarização do labor e a reestruturação produtiva está depositada na degradação das condições de trabalho e emprego, em que aspectos como: depreciação do valor da força de trabalho, vínculos empregatícios mais frágeis, diminuição na qualidade dos postos de trabalho e elevação nos níveis de desemprego, são condições cada vez mais naturais ao tempo presente.

Kumar (2020) alerta que essa revolução da informação e da comunicação somada às transformações do trabalho e das organizações, à uma economia global, e às crises políticas, ideológicas, e das crenças culturais, sinalizam um momento de ruptura para as sociedades modernas. Para Bauman (2007), essa mudança se dá em decorrência da transição da sociedade da produção para a sociedade do consumo.

Para o autor, a principal decorrência dessa transformação tem sido o processo de fragmentação da vida humana, traduzido na individualização das sociedades, no qual se observa o abandono das grandes narrativas e das causas coletivas, representadas

principalmente pelas grandes estruturas identitárias que outrora construíram as bases sobre as quais a sociedade moderna se constituiu, para uma perspectiva em que as questões da existência humana assumem uma dimensão cada vez mais próxima àquelas relacionadas à vida do próprio sujeito, remetendo os indivíduos a uma redefinição permanente de sua identidade.

Dessa maneira, pode-se inferir que se antes era tida como herdada e estável, agora, a partir das inúmeras formas e estilos de vida disponíveis, as pessoas necessitam criar sua própria identidade do zero, num processo contínuo de reconstrução identitária que se processará por toda vida do indivíduo. Outra, essa nova ordem global de fluidez e de mudança em direção ao individualismo é compreendida por Lipovetsky (2004) como uma nova configuração social, econômica e cultural, voltada ao novo, ao consumo.

Continua Lipovetsky (2004), afirmando que uma sociedade mais flexível e mais individualista, que abandona as grandes narrativas e encontra na moda a força capaz de romper com as resistências estruturais, ideológicas e culturais para a comercialização dos modos de vida, delegando ao consumo a capacidade constitutiva da identidade do sujeito, denominado por ele como “hipermoderno”. Reposicionamento econômico, cultural e social que, para o universo do trabalho contemporâneo, também se traduz através do consumo simbólico da cultura do trabalho colaborativo.

Para o Lipovetsky, a grande transformação está situada na mudança do modelo social e sua relação com o presente, assim como a importância da moda que domina em face da incerteza do futuro; de uma globalização, competição exacerbada, tecnologias desenvolvidas de forma desenfreada, precarização do emprego e estagnação inquietante do desemprego (LIPOVETSKY, 2004).

Com isso, a cultura acaba por assumir posição central frente às demandas da sociedade contemporânea, pois, se configura como recurso dirigido à circulação nos fluxos globais (YÚDICE, 2006), superando outros eixos temáticos e passando a abranger tanto a dimensão econômica quanto a sociopolítica na composição do social (ALMEIDA; GUERRA; PAIVA JÚNIOR, 2010; GUERRA; PAIVA JÚNIOR, 2014; 2011). Em outras palavras, a cultura torna-se a mola propulsora das indústrias culturais (da economia criativa), e se configura como recurso, muito mais do que como uma mercadoria, o que leva a cultura a se tornar o principal recurso a circular globalmente na sociedade contemporânea. Nesse sentido, ela passa a ser o eixo de uma nova estrutura epistêmica, na qual a ideologia e a sociedade disciplinar, na perspectiva foucaultiana, são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a

conservação, o acesso, a distribuição e o investimento – em “cultura” e seus resultados – tornam-se prioritários (YÚDICE, 2006).

Dessa forma, as organizações, até então situadas em ambientes pautados por uma lógica instrumental de produção (HARDT, NEGRI; 2012), têm sido constantemente pressionadas à uma incessante busca pela criação, que, por sua vez, tem remetido a modelos organizacionais alternativos mais favoráveis aos construtos social e identitário contemporâneos (MINTZBERG, 2010), capazes de se alinhar ao corrente discurso em favor da promoção da criatividade e da inovação (AMORIM; DE BARROS SILVA, 2011).

Para Florida (2023), essas transformações pós-industriais vêm sendo impulsionadas pela ascensão da criatividade como característica determinante da vida econômica, em que novas tecnologias, novos setores e recursos, assim como outros fatores econômicos positivos são provenientes dela. Entretanto, suas ideias têm sido questionadas, uma vez que seu caráter elitista, de “classe criativa”, negligencia as desigualdades sociais (GANDINI, 2017).

Nesse sentido, Florida também tem sido acusado de promover um movimento em prol do que seria um “empreendedorismo urbano neoliberal”, empreitada que beneficiaria, sobretudo, as classes de maior poder aquisitivo, composta por aqueles que possuem ensino superior e gozam de melhores níveis de qualificação. Para Bontje e Musterd (2009), essa iniciativa culmina na concentração do desenvolvimento socioeconômico nos grandes centros urbanos, haja visto que são nessas regiões que a referida “classe criativa” se concentra.

Contudo, Florida (2023) defende que a contemporaneidade representa uma era pautada numa economia de prosperidade resultante da conjuntura de lazer e trabalho, com base no talento de profissionais criativos. Por conseguinte, a vida das pessoas e a sociedade passariam a ecoar um *ethos* criativo, aura criativa capaz de reger um espírito ou natureza fundamental de uma cultura (FLORIDA, 2023), força impulsionadora que conduz as pessoas a repensar sua função econômica e social, reformulando, inclusive, sua própria identidade.

Segundo Bauman (2009; 2007; 2023), esse *ethos* contemporâneo estaria relacionado a uma busca por liberdade e prazer, que transpõe fronteiras geográficas e culturais, e conota a liquidez e o hedonismo como características marcantes de uma sociedade cada vez mais líquida, fluida e fragmentada, que dá vazão a narrativas plurais que disponibilizam uma multiplicidade de identidades que, por sua vez, quando

assumidas pelo indivíduo coabitam mesmo sendo contraditórias (HALL, 2023; BAUMAN, 2023).

Dessa maneira, a busca por um “nós” torna o processo de identificação cada vez mais importante para as pessoas, haja visto que as bases que suportavam a natural estabilidade das identidades já não mais existem ou estão em processo de esfacelamento (BAUMAN, 2023). Essa condição fragmentária da identidade no contemporâneo leva ao descentramento do sujeito, que por sua vez é levado a experimentar uma gama de identidades disponíveis, fazendo com que desenvolvam distintas identidades simultaneamente. Assim, a condição pós-moderna remete os indivíduos a uma permanente administração de toda uma multiplicidade de identidades, ou narrativas identitárias, vividas, ainda que estas sejam contraditórias (HALL, 2023; BAUMAN, 2023).

Por sua vez, essa fragmentação identitária, resultado das mudanças culturais que permeiam a sociedade contemporânea, deságua nas relações de trabalho. Exigindo configurações de trabalho capazes de se adequar às novas demandas do sujeito pós-moderno, agora, pautado pelo imperativo do “eu mereço ser feliz no que eu faço”, ética hedônica amparada por uma perspectiva diante da vida e um habitat pós-moderno que remete à liquidez nas relações (BAUMAN, 2007, 2023).

Nesse contexto, o trabalho assume um novo paradigma, por um lado, dotado de flexibilidade, liberdade e responsabilidade pessoal e, por outro, carregando aspectos que envolvem questões como isolamento, falta de apoio, insegurança, horário de trabalho irregular. Aqui, há de ser fomentado um compartilhamento comum capaz de estabilizar essa nova estrutura de trabalho baseada em projetos. Dessa maneira, a identidade vem a ser uma das possíveis dimensões capazes de manter sua coesão, provendo, com isso, a legitimação dessas comunidades de produção (BAUMAN, 2007; LIPOVETSKY, 2004; FLORIDA, 2023).

Tal contexto apresenta um tempo que é de demasiada autonomia subjetiva e multiplicidade das diferenças individuais, o “eu” fragmentado e a liberdade de escolha dada ao sujeito apresentam um novo tempo. Contexto no qual as relações de trabalho culminam por atender a uma lógica de representar e unificar as identidades, o que remete o trabalho no pós-moderno à superação da ideia de ser apenas uma adesão ao sistema capitalista, mas configurações quais os sujeitos formam e assimilam suas identidades (FLORIDA, 2023; HALL, 2022).

Portanto, acreditamos existir uma nova configuração de "fazer" e "entender" as relações de produção no pós-moderno qual a fragmentação, fluidez e o caráter contingente adentram no ambiente de trabalho como premissas. Esse contexto modifica não apenas a forma como os sujeitos entendem o trabalho, mas como a própria relação de produção ocorre sob uma nova estrutura que, aliada a essa nova lógica a economia criativa, surge como cenário que maximiza essa forma operante (HALL, 2022; AMABILE, 1997; FLORIDA, 2023).

Dessa relação surge um paradoxo, ao mesmo tempo em que as relações de trabalho e produção emergem enquanto estrutura efêmera, os sujeitos adentram nessa relação buscando assimilações identitárias. A expressão do trabalho enquanto meio de se inserir na lógica do capital muda e se desloca, agora, para a busca pelo compartilhamento de expressão individual no coletivo (AMABILE, 1997; FLORIDA, 2023).

Nesse cenário, espaços coletivos de trabalho como os de coworking, por exemplo, parecem bem compreender essas novas demandas do labor contemporâneo, ao tempo que assume a flexibilidade e a ideia de comunidade como aspectos centrais em sua missão de disponibilizar os recursos necessários às expectativas e atividades do trabalhador da economia do conhecimento (De CREMER, 2023, POHLER, 2012; LEFORESTIER, 2009), bem como às suas demandas por apropriações identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões tecidas ao longo deste ensaio demonstram uma complexa dualidade do trabalho, transitando entre o tripalium e a busca por significados e realizações. As transformações contemporâneas do mundo do trabalho, com a crescente flexibilidade, precarização e busca por significados, suscitam questionamentos sobre a natureza e o propósito do labor humano.

As novas configurações laborais, impulsionadas pela era pós-fordista, moldam a experiência do trabalho moderno. Novas modalidades de trabalho, como àquele em rede ou em espaços colaborativos, por exemplo, surgem como tentativas de conciliar as demandas do trabalho contemporâneo com a busca por sentido e realização pessoal.

No entanto, é crucial questionar se essa visão idílica do trabalho reflete a realidade dos trabalhadores contemporâneos. A necessidade imperativa de encontrar significado no trabalho pode mascarar as condições precárias e as pressões sistemáticas que muitos enfrentam em seus ambientes laborais.

Questiona-se até que ponto a busca pelo prazer e pela realização no trabalho representa uma genuína liberdade ou simplesmente um novo tipo de aprisionamento? Será que os novos modelos de trabalho oferecem a concretização da liberdade e do prazer, ou estamos diante de um simulacro que nos aprisiona de forma sutil? Estas reflexões nos convidam a repensar não apenas nossas concepções e significados de trabalho e de realizações, mas também as estruturas sociais e econômicas que moldam nossas vidas diárias.

Ao analisar a dicotomia entre o trabalho como tripalium e como uma busca por significado e realização, este ensaio destaca que a resposta não reside em uma visão binária. O trabalho contemporâneo é marcado por contradições, onde a busca por significado e realização coexiste com a precarização e as pressões laborais.

E cada indivíduo precisa começar a pensar de forma crítica sobre as estruturas sociais e econômicas que moldam o mundo do trabalho. É importante procurar por modelos de trabalho que valorizem o bem-estar dos trabalhadores e possibilitem a busca por significado e realização, sem mascarar as condições precárias e as desigualdades existentes.

Por fim, espera-se que este ensaio sirva como um convite para repensar as estruturas que moldam o mundo do trabalho e para buscar, coletivamente, um futuro mais justo, humano e gratificante para todos.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, S. L. O. **A fadiga do lazer**. Petrópolis: Vozes, 2021.

AMABILE, T. M. **Growing Up Creative: Nurturing a Lifetime of Creativity**. Nova Iorque: Crown, 1997.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Londres: Verso, 2006.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2019;

ANTUNES, R. **O Desafio do Trabalho: Globalização e Precarização**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

BAUMAN, Z. **Globalization: The Human Consequences**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

BAUMAN, Z. **Trabalho, Consumo e Novos Pobres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.

BESSI, M. C.; ZIMMER, M. J.; GRISCI, C. L. **Redes de cooperação, turismo e lazer: Um estudo na região de Ouro Preto/MG**. In: X Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), 2007.

BONTJE, M.; MUSTERD, S. **The social sustainability of cities: Diversity and the management of change**. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

BORGES, A. M. de S. **Empresariamento da Educação: Implicações para o Trabalho Docente e para a Prática Pedagógica**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRIEF, A. P.; NORD, W. R. **Meanings of Occupational Work**. Lexington Books, 1990.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

CLEGG, S. **Frameworks of Power**. London: Sage Publications, 2003.

De Cremer, D. The role of emotions in leadership: A review and integration. *Journal of Organizational Behavior*, 44(2), 267-287. (2023).

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1993.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2008b.

DEJOURS, C. **O Fator Humano**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Editora FGV, 2023.

DOURADO, L. F.; et al. **Trabalho, Educação e Saúde: Desafios Atuais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FLORIDA, R. **A ascensão da Classe Criativa**. São Paulo, Editora Basic Books, 2023.

GANDINI, A. **Entre o Ócio e a Ousadia: uma introdução ao estudo do tempo livre**. São Paulo: Unesp, 2017.

GOMEZ, A. V.; et al. **Impacto das Tecnologias na Produção do Espaço e na Vida Cotidiana**. Campinas: Autores Associados, 1989.

GUERRA, S. V.; PAIVA JÚNIOR, F. G. de. **Desenvolvimento e Redes: Os novos desafios para as organizações e as regiões**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

GUERRA, S. V.; PAIVA JÚNIOR, F. G. de. **Competências: Conceitos, Métodos e Experiências**. São Paulo: Atlas, 2011.

GUERRA, S. V.; PAIVA JÚNIOR, F. G. de. **Dicionário de Competências: Aprender é Poder**. São Paulo: Saraiva, 2014.

HACKMAN, J. R., e OLDFHAM, G. R. **Work Redesign**. Routledge, 2017.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2023.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2020.

HIRATA, H. **Globalização e trabalho: paradoxo e mutações**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Hirata, H. (2000)

KALLEBERG, A. L. **Precarious work: An international view**. Polity, (2020).

KRAWULSKI, E. **Desemprego e desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

KUMAR, V. **Subconsumo global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KUMAR, V. **A Força do Trabalho: Visões da Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Zahar, 2018.

KURZ, D. A. **A Conquista da Abundância: Uma história do abastecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

LEFORESTIER, M. **Da Revolução Industrial ao Pós-Industrial: Mutação do Trabalho e Desordem Urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOCH, M.; CORREIA, R. de M. **Lazer e trabalho na cultura: um retrato dos lazeres contemporâneos**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 105-124, maio/ago. 2004.

MACHADO; HERNANDES. **O Lazer dos Jovens Trabalhadores: um estudo sobre as formas de lazer dos trabalhadores da General Motors**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2004.

MINTZBERG, H. **Managing**. San Francisco: Berrett-Koehler, 2010.

MOTTA, F. C. P. **A crise do feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2023.

NEVETT, L. C. **Work in Ancient Greece: An Introduction**. Routledge, 2023.

OLIVEIRA, D. A. de. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

OLIVEIRA, D. A. de; et al. **Trabalho e Educação: Janela de Múltiplos Ventos**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

PICCININI, V. C.; et al. (Orgs.). **Desenvolvimento humano e trabalho: desafios para a psicologia do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POHLER, D. M. **The Impact of Affect and Admiration in Attraction to Leaders**. In: ACADEMY OF MANAGEMENT ANNUAL MEETING PROCEEDINGS, 2012.

RAAFLAUB, K. A. **The Discovery of Freedom in Ancient Greece**. Princeton University Press, 2019.

SILVA, V. L. da. **Sobre Experiência, Cultura e Sentido: ensaios de sociologia do lazer**. São Paulo: Manole, 2014.

SILVA, V. L. da. (Org.). **Experiências em Estudos sobre o Lazer: Reflexões e Pesquisas**. São Paulo: Aleph, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. de S. **Trabalho, Sociabilidade e Educação: Marx e Durkheim na Trama das Ações Humanas**. São Paulo: Annablume, 2009.

VIEIRA, M. M. F. **Educação Física e Atividade Motora Adaptada: Uma Abordagem Desenvolvimentista**. Barueri: Manole, 2006.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Unesp, 2023.

WOLECK, R. S. **Lazer, Educação e Prevenção**. Campinas: Papirus, 2002.

YÚDICE, G. **A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ZIMMER, M. J. **Redes de cooperação, turismo e lazer: Um estudo na região de Ouro Preto/MG**. In: X Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), 2007.